PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: ENTRE O ACIRRAMENTO DAS DESIGUALDADES E ESTRATÉGIAS DE R-EXISTÊNCIAS

Aline dos Santos Lima[1]
Ângela Andrade Calhau[2]
Edilene Jesus Souza Santana Souza[3]

Introdução

No cotidiano do mundo periférico, a síndrome respiratória aguda grave e os números da COVID-19 têm acirrado a já tão complexa garantia de acesso aos direitos sociais, como a educação, a saúde e a alimentação. Tal processo tem desencadeado o acirramento das assimetrias socioespaciais. Em face desse contexto, as instituições de ensino que trabalham com o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão precisam se mobilizar, especialmente no que se refere a promoção da "extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas", tal como normatizado no Artigo 207° da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e ratificado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ao tratar das finalidades da educação superior (BRASIL, 1996).

[1] Professora e Coordenadora do Núcleo de Estudos em Questões Agrárias/IF Baiano *Campus* Santa Inês/CNPq.
[2] Mestranda em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo Baiano e Membro do Núcleo de Estudos em Questões Agrárias/IF Baiano *Campus* Santa Inês/CNPq.
[3] Professora da Associação da Amparo à Criança e Adolescente do Vale do Jiquiriçá (Casa Ama), Especialista em Educação do Campo pelo IF Baiano *Campus* Serrinha e Membro do Núcleo de Estudos em Questões Agrárias/IF Baiano *Campus* Santa Inês/CNPq.

Nesta perspectiva – e cientes de "que 'viver quer dizer tomar partido' (...) Quem vive verdadeiramente não pode não ser cidadão, assumir um lado. Indiferença é apatia, parasitismo, velhacaria, não é vida" (GRAMSCI, 2020, p. 31) –, docentes, discentes e egressas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) *Campus* Santa Inês que cursam e/ou cursaram Licenciatura em Geografia e Biologia e que estão organizadas no Grupo de Estudos Negros (GENE) e no Núcleo de Estudos em Questões Agrárias (NEQA)/IF Baiano/CNPq firmaram uma parceria com a Associação de Amparo à Criança e Adolescente do Vale do Jiquiriçá (AACAVJ), mais conhecida como Casa Ama[4].

O propósito da articulação interinstitucional foi organizar uma rede de abastecimento alimentar para famílias em situação de vulnerabilidade em municípios do Vale do Jiquiriçá durante a pandemia. O resultado foi a aprovação do Projeto de Extensão "Comida e saúde em tempos de *coronavírus*" – Edital 52/2020/ IF Baiano/PROEX/PROPES[5]. Desse modo, o objetivo do trabalho em tela é refletir sobre a pandemia do corona à luz das desigualdades socioespaciais e apresentar a estratégia de distribuição de alimentos que vem sendo construída na região do Vale do Jiquiriçá-Bahia-Brasil.

Para tanto, será feita uma breve discussão sobre a pandemia e sua possível relação com o modelo predatório do agronegócio a partir de publicações e textos que vem sendo produzidos na medida em que a crise pandêmica se instala no mundo/Brasil/Bahia. Nesta reflexão, tomamos como principal referência a obra de Milton Santos. Em suas produções,o

[4]A AACAVJ ou Casa Ama foi criada em 2000. Desde então, vem atendendo crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade social e/ou laço familiar rompido ao oferecer abrigo (até a maioridade) eamparo na tentativa de restabelecer a relação com a família. Além disso, tem trabalhado com arte e educação através do projeto "De Arte Circense" (Circo Rural Picolino) e "Café com prosa".

[5]A produção do trabalho para o evento e para essa publicação só foi possível mediante o apoio institucional de dois projetos: a) Projeto de Pesquisa "Geografando o uso de agrotóxicos no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá" (Chamada Interna 02/2019/PIBIC-Af/CNPq/IF Baiano), com a participação de Aila Cristina Costa de Jesus (voluntária) e Ivone Araújo Pedreira (bolsista); b) Projeto de Extensão "Comida e saúde em tempos de *coronavírus*" (Edital n°. 52/2020/IF Baiano/PROEX/PROPES – Seleção Projetos de Extensão Tecnológica, Pesquisa e Inovação que objetivem o enfrentamento da pandemia causada pelo novo Coronavirus – SARS-CoV-2/Covid-19) com a participação das autoras e das seguintes parceiras voluntárias: Aila Cristina Costa de Jesus, Arlene Andrade Malta, Loíse Leal da Hora Silva, Maíra Vitória Moreira dos Santos, Maria de Lourdes Carneiro da Rocha e Patrícia Carla Alves Pena.

geógrafo baiano demonstrou que, embora estejamos vivendo sob os auspícios de uma sociedade dita moderna, os benéficos da ciência, da tecnologia e da informação não são acessíveis a todas e todos, pois a difusão e a implantação das técnicas são seletivas no espaço (SANTOS, 1997).

Além disso, esboçamos uma breve apreciação da geografia da desigualdade com ênfase no Vale do Jiquiriçá. Apesar das assimetrias e do nocivo comportamento espacial do novo coronavírus existem posições contra-hegemônicas sendo construídas na práxis cotidiana e reconstruídas como estratégia de r-existências.

A COVID-19, uma face perversa da globalização

A Geografia é uma ciência humana que estuda a sociedade a partir das expressões da materialidade no espaço. O espaço que interessa a Geografia é o espaço humano ou social, não porque é habitado pelo homem, mas porque é transformado pela dimensão do trabalho mediante o uso de técnicas no processo de reprodução material da vida (SANTOS, 2002a).

A reprodução da vida modifica o meio geográfico e produz

(i)materialidades diferentes em cada época[6]. No período atual, as ações e os objetos necessários para a construção/reconstrução do espaço (e, consequentemente, para a reprodução da vida) são elaboradas mediante a incorporação deciência, tecnologia e informação (meio-técnico-científico-informacional) (SANTOS, 1997; 1998).

Para Santos (1997, p. 191), o meio técnico-científico-informacional "é a cara geográfica da globalização", ou seja, do estágio "supremo da internacionalização (...) de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos" (SANTOS, 1998, p. 48). Entender a globalização no âmbito da Geografia implica examinar "três dados constitutivos da época: a unidade técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor"(SANTOS, 1998, p. 49).

[6]Afirmar que as modificações no meio geográfico produzem (i)materialidades significa que se compreende o espaço como algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. Portanto, o espaço é concebido como um "conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistema de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente" (SANTOS, 1998, p. 49).

A unidade técnica significa que vivenciamos um período marcado pela predominância de um único sistema técnico caracterizado por objetos elaborados a partir da união entre ciência e informação com a intencionalidade de servir aos atores hegemônicos e ao mercado. A convergência ou unicidade dos momentos se refere a instantaneidade com a qual os acontecimentos são informados/conhecidos a ponto de aproximar os lugares de forma simultânea. Paralelamente, devemos considerar a existência de uma unicidade do motor da vida econômica e social em todo o planeta através da qual tudo de mundializa pela existência sistêmica de grandes organizações (SANTOS, 1997; 1998).

É fato que vivemos a unicidade dos momentos no que se refere a "possibilidade de conhecer instantaneamente eventos longínquos e, assim, a possibilidade de perceber a sua simultaneidade" (SANTOS, 1997, p. 157), tal qual vem ocorrendo com a difusão de notícias relacionadas ao comportamento espacial do vírus circundado por forma de coroa e denominado de Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2 (Sars-CoV-2) – também chamado novo coronavírus – e da doença infecciosa causada por ele, a Doença do Coronavírus 2019 (COVID-19)[7].

A narrativa mais difundida é a de que, em dezembro de 2019, o escritório da Organização Mundial da Saúde (OMS) foi comunicado sobre casos de pneumonia de origem desconhecida em Wuhan, cidade com população estimada de 11 milhões de habitantes, localizada na província de Hubei na parte central da China. As autoridades chinesas informaram à OMS que alguns dos pacientes trabalhavam no *Huanan Seafood Market*, o maior mercado atacadista de peixes e animais vivos da cidade com 600 estabelecimentos e 1.500 trabalhadores[8].

[7] É importante explicar que os coronavírus pertencem a uma grande família de vírus – que podem circular tanto entre pessoas, como entre animais, incluindo camelos, gatos e morcegos – que causam infecções respiratórias que podem variar de um resfriado comum a doenças mais graves. Em 2002, foi identificado o vírus Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS). Em 2012, foi identificado o vírus Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS). Já o Sars-CoV-2, foi identificado em 2019 mediante a divulgação pública dos primeiros casos da COVID-19 em Wuhan/China. Por isso, o nome oficial da doença causada pelo novo coronavírus é a COVID-19, sendo que COVID significa *Corona VIrus Disease* ou Doença do Coronavírus e "19" o ano das primeiras notificações – conforme informações veiculadas nas páginas eletrônicas da Fundação Oswaldo Cruz e do Painel do Coronavírus vinculadas ao Ministério da Saúde do Brasil.

[8] Disponível em: `https://coronavirus.saude.gov.br/index.php/perguntas-e-respostas`. Acesso em: 4 jun. 2020.

Uma das hipóteses é que o pangolim – tipo de tatu asiático muito apreciado pela população, embora sua captura e comercialização sejam proibidas – teria sido o hospedeiro intermediário do vírus entre o morcego e o humano (LAGROU, 2020; SATO, *et. al.*, 2020). Uma possível leitura geográfica do comportamento espacial desse fenômeno pode ser feita a partir da obra "Princípios de Geografia Humana" de Vidal de La Blache (1845-1918), tal qual proposto por Ruy Moreira, professor aposentando da Universidade Federal Fluminense (UFF).

De acordo com o professor Ruy Moreira – em palestra virtual ministrada para o Programa de Educação Tutorial de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, no dia 29 de abril deste ano –, uma interpretação do fenômeno pode ser feita mediante a teoria lablachiana da convergência de concentração. Nesta, La Blache pensa pontos dispersos de onde fluxos contínuos convergem de um ponto da dispersão caminhando para a concentração. Vidal de La Blache construiu essa teoria observando aquilo que acontecia no seu contexto, ou seja, a migração do campo para as cidades. Pessoas partiam promovendo fluxos contínuos para então se concentrar na cidade, o que promovia o processo de urbanização. É semelhante ao que, supostamente, acontece com o comportamento espacial do vírus: se trata de um vírus de um morcego, ou seja, do rural que se propaga em áreas ainda rurais e se incorpora ao pangolim. O pangolim é um animal silvestre muito consumido na China. Esse animal chega ao mercado, na cidade, e é comprado pelos seres humanos. Desse modo, se estabelece a relação morcego-pangolim-homem: o rural via mercado se torna cidade em Wuhan/Hubei/China, Codogno e Bergamo/Lombardia/Itália, Nova Iorque/Estados Unidos e São Paulo/Brasil e se espalha.

Rapidamente essa expansão se deu na escala do mundo denotando a aproximação dos lugares de forma simultânea (Tabela 1). O número de registros, apresentado pela Organização Pan-Americana da Saúde[9] (OPAS) até 3 de junho, apontava que os países da América lideravam o número de casos confirmados (2.949.455) da doença, seguido por países da Europa

[9]A OPAS é um organismo internacional de saúde pública dedicado a melhorar as condições de saúde dos países das Américas por meio da transferência de tecnologia e da difusão do conhecimento acumulado ao longo de um século de experiência em epidemiologia, saúde e ambiente, recursos humanos, comunicação, serviços, controle de zoonoses, medicamentos e promoção da saúde. Disponível em: `http://www.saude.gov.br/gestao-do-sus/cooperacao-em-saude/parceiros/organizacao-pan-americana-da-saude-opas-oms`. Acesso em: 4 jun. 2020.

(2.191.614). Essa posição se invertia em relação ao número de mortes, quando países europeus lideravam o número de óbitos (183.313) e os países americanos ocupavam a segunda posição (165.311).

Região do mundo	Casos confirmados	Mortes
África	111.486	2.789
Américas	2.949.455	165.311
Europa	2.191.614	183.313
Mediterrâneo Oriental	552.497	13.181
Pacífico Ocidental	185.358	7.057
Sudeste Asiático	296.620	8.277
Total	6.287.030*	379.928*

Tabela 1 – Número de pessoas infectadas e de óbitos no mundo até 03/06/2020. FONTE: OPAS-Brasil/OMS (2020). *A soma total diverge da soma total apresentada no site.

Observando os dados para o Brasil, em 3 de junho, tínhamos 584.016 casos e 32.548 óbitos confirmados acumulados, com destaque para região Sudeste tanto no número de casos (210.854) quanto de óbitos (15.290) (Tabela 2). Os dados do Painel do Coronavírus[10]do Ministério da Saúde, consultado em 3 de junto, apontavam 1.349 casos novos de óbitos, o que correspondia a praticamente 1 morte por minuto no Brasil[11].

Pensando na realidade brasileira a partir do estado da Bahia recorremos aos dados sistematizados pelos integrantes do Grupo de Estudos Geografia dos Territórios e Espaços Rurais (GEOTER) do IF Baiano *Campus* Santa Inês. Para elaboração dos dados utilizados, o GEOTER seguiu o Boletim Epidemiológico de Saúde n°. 71 referente a COVID-19, dispo-

[10]O Painel do Coronavírus foi desenvolvido para ser o veículo oficial de comunicação sobre a situação epidemiológica da COVID-19 no Brasil. Contudo, no dia 6 de junho, o Ministério da Saúde retirou os dados acumulado sobre o número de infectados e mortos do site oficial. Os números só voltaram ao balanço no dia 9 de junho após ordem do Supremo Tribunal Federal.

[11]O Brasil é um país com uma extensão territorial de 8.515.759,08 km² divido em cinco grandes regiões: Norte (3.853.840,88 km²), Centro-Oeste (1.606.234,47 km²), Nordeste (1.554.291,10 km²), Sudeste (924.608,85 km²) e Sul (576.783,78 km²). Disponível em: `https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_evolucao_da_divisao_politico_administrativa.pdf`. Acesso em: 17 jun. 2020.

Região	Casos confirmados	Mortes
Centro-Oeste	21.240	442
Sul	25.926	615
Norte	121.461	6.135
Nordeste	204.535	10.066
Sudeste	210.854	15.290
Total	584.016	32.548

Tabela 2 – Número de pessoas infectadas e de óbitos no Brasil por região em 03/06/2020. FONTE: OPAS-Brasil/OMS (2020).

nibilizado no dia 03/06/2020 às 19h pela Secretaria Estadual da Saúde do Estado da Bahia (SESAB). Desse modo, em 3 de junho, chegamos a 22.451 casos confirmados do novo coronavírus na Bahia (Figura 1). Totalizando 315 municípios com casos confirmados, o que correspondia a 76% do total de municípios. Salvador, a capital do estado, concentrava a maior parte dos casos da COVID-19 (60,68%). Até essa data ocorreram 762 óbitos, sendo 511 no município de Salvador e outros 251 em municípios do interior[12].

A unidade técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor contribuíram para ampliar e aprofundar o processo de internacionalização a ponto de a sociedade global alcançar um novo patamar, no qual "tudo se mundializa: a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política e a cultura. Esse conjunto de mundializações, cada qual sustentado, arrastando, ajudando a impor a outra, merece o nome de globalização" (SANTOS, 1997, p. 163).

Concordamos com Milton Santos, quando este afirma que o processo de produção da globalização é compreendido como uma fábula que ergue como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição acaba por tornar uma base aparentemente sólida. Mas, para a grande parte da humanidade, a globalização é uma fábrica de perversidades. Dentre as múltiplas faces da globalização perversa, podemos citar as novas enfermidades (SANTOS, 2002b).Tudo começa como uma doença (endemia) que surge

[12] O Brasil é uma República Federativa formado pela união de 1 distrito federal e 26 estados que juntos abarcam 5.570 municípios. Um desses estados é a Bahia que, por sua vez, é formado por 417 municípios. Disponível em: `https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio`. Acesso em: 17 jun. 2020.

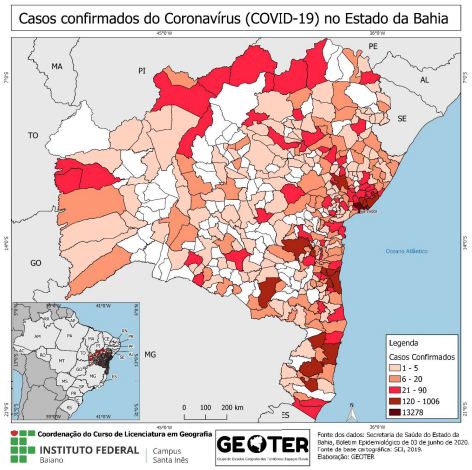

Figura 1 – Casos confirmados do coronavírus no estado da Bahia-Brasil em 03/06/2020.

rapidamente num lugar, se espalha (epidemia) e é amplamente difundida (pandemia), a exemplo da COVID-19 causada por "um vírus capaz de parar o planeta", como disseram Sato *et.al.*, (2020, p. 13). Para os autores da obra "Vírus:um simulacro da vida?", o capitalismo é o causador da destruição socioambiental e a COVID-19 é apenas

> (...) uma parte de uma dramaticidade maior. A destruição da natureza e os desequilíbrios ecológicos são alguns dos fatores que mais contribuem para aumentar a proliferação de doenças causadas por vírus. Isso porque eles vivem em animais silvestres (hospedeiros) e com o aumento das populações humanas invadindo áreas naturais, cada vez mais se tem possibilidade de contato com vírus (SATO *et.al.*, 2020, p. 8-9).

Nesta mesma linha, a antropóloga Els Nisun Lagrou expõe a compreensão da filosofia ameríndia dos povos Huni Kuin do Acre e leste da floresta amazônica peruana. Essa filosofia de vida ou ecosófica se baseia na tese segundo a qual a maior parte das doenças que acometem os humanos estariam relacionadas ao fato de comermos animais. Não é o ato de comer

em si que causa epidemias. Estas são o resultado do desmatamento, da extinção de animais que são hospedeiros simbióticos[13] e de uma relação extrativista das grandes cidades com as florestas(LAGROU, 2020). Em outras palavras, seria a nossa falta de capacidade de compreender que deveríamos "matar" (destaque nosso) somente o necessário para a reprodução da vida.

Outros estudiosos tem apontado conexões entre a pandemia do coronavírus e omodelo predatório do agronegócio – tais como Bombardi& Nepomuceno (2020), Coronavírus (2020), Harvey (2020), Lagrou (2020) e Ribeiro (2020)– ou como uma crise do modelo econômico neoliberal que exige a circulação, mesmo quando esta comprovadamente promove o adoecimento e a morte de porcentagem significativa da população – Nunes (2020). Em ambos os casos, entendemos que há uma relação direta com a forma (subordinada) pela qual a sociedade contemporânea se relaciona com a unidade técnica e o motor único.

Segundo Ribeiro (2020, p. 1) existem três causas, concomitantes e complementares, que produziram todos os vírus infecciosos que se propagaram mundialmente nas últimas décadas, como a gripe aviária, a gripe suína, as cepas de coronavírus, entre outras

> A principal é criação industrial e extensiva de animais, principalmente frangos, perus, porcos e vacas. A isto soma-se o contexto geral da agricultura industrial, na qual 75% da terra agrícola de todo o planeta é utilizada para a criação de animais em massa, principalmente para criação de pastos com essa finalidade. A terceira é o crescimento descontrolado da mancha urbana e das indústrias que a alimentam e que por ela subsistem. As três juntas são a causa do desmatamento e da destruição de habitats naturais em todo o mundo.

Essa tese coaduna com as pesquisas desenvolvidas por Rob Wallace, biólogo evolutivo e filogéografo do Instituto de Estudos Globais da Universidade de Minnesota que estudou por mais de 15 anos o tema das epidemias do último século. Para Wallace, os criadouros animais são o local perfeito para a mutação e reprodução dos vírus. É importante registrar que enormes quantidades de animais de criação confinados, vacinados e imunodeprimidos fazem com que o vírus tenha mutações de forma mais rápida. Esses animais consomem antibióticos e antivirais continuamente, além de

[13] Animais hospedeiros simbióticos são aqueles que convivem juntos e em interação com agentes patogênicos.

estarem expostos – no ambiente e na alimentação – a diversos pesticidas desde o nascimento até o matadouro (RIBEIRO, 2020).

Em suas pesquisas, Rob Wallace defende que o coronavírus teria surgido do modelo predatório do agronegócio. Sua tese sem o seguinte pressuposto: a invasão das matas primárias no mundo – áreas em que há sensível e complexa rede de microrganismos – rompe barreiras que poderiam nos proteger de alguns microrganismos eventualmente nocivos ao corpo humano. O rompimento dessa proteção permitiria que os vírus atingissem animais em situação de confinamento – como a criação de suínos e bovinos – por terem sistema imunológico mais deprimido (CORONAVÍRUS, 2020).

Para entender a relação do coronavírus com a China, Wallace e outros pesquisadores tem apontado que o criatório de porcos em ambientes protegidos (leia-se cobertos e quentes) são favoráveis, também, a moradia de morcegos. Assim, o vírus rompido pela degradação ambiental estaria presente nos morcegos que, ao atacarem os porcos para sua própria alimentação, teria inoculado o vírus, já com sua genética modificada, o que permitiria a transmissão aos seres humanos (CORONAVÍRUS, 2020).

Segundo Ribeiro (2020), os vírus podem passar de uma espécie a outra e embora possam se originar em espécies silvestres de aves, morcegos e outras, é a destruição dos habitats naturais que os empurra para fora de suas áreas, onde as cepas dos vírus estavam controladas dentro de sua própria população. Dali passam às áreas rurais e depois às cidades. Mas é nos imensos criadouros animais onde há as maiores chances de mutações dos vírus, que logo afetarão os seres humanos pela contínua interação com os animais confinados e contaminados. Acrescenta-se, ainda, o aumento da interconexão dos transportes globais, tanto de pessoas como de mercadorias (animais), fazendo com que os vírus mutantes se desloquem a muitos pontos do planeta.

Outro aspecto destacado por Ribeiro (2020), é que o sistema agroalimentar do agronegócio é responsável por quase metade dos gases de efeito estufa que produzem a mudança climática, fenômeno que também leva à migração das espécies, inclusive de mosquitos que podem transmitir alguns vírus. Sato *et.al.,* (2020, p. 9), apresentam uma informação complementar ao afirmarem que os "vírus possuem excelente capacidade de fazer um tipo de 'hibernação', desligando suas funções por longos período (...) alguns vírus conseguem ficar 'inativos' por 15 mil anos [em] geleiras". Muitos desses agentes patogênicos vem sendo "liberados" (destaque nosso) devido ao

derretimento das calotas polares por causa da emissão dos gases de efeito estufa.

Todo esse quadro é pro(em)blemático, especialmente em países e regiões nas quais a garantia aos direitos sociais básicos não são lugar comum, tal qual no Vale do Jiquiriçá-Bahia-Brasil, demonstrando que, apesar de todos os avanços da ciência, da tecnologia e da informação, as desigualdades socioespaciais prevalecem.

A injustiça pandêmica no Vale do Jiquiriçá-Bahia-Brasil e o Projeto de Extensão "Comida e saúde em tempos de *coronavírus*"

Etimologicamente a palavra pandemia remete "pan" de "todos", ou seja, significa uma doença que se espalha e que atinge o mundo (BOMBARDI & NEPOMUCENO, 2020). Mas, embora os riscos sejam mundiais e todos estejam expostos, os economicamente desprivilegiados são os que mais sofrem. Por isso, concordamos com Sato *et.al.,* (2020, p. 11), quando afirmam que estamos enfrentando uma "injustiça pandêmica".

A palavra injustiça significa ação ou coisa contrária a equidade. De tal modo, a injustiça pandêmica (SATO *et.al.,* 2020) tem relação direta com as implicações do capitalismo. Para a estrutura da economia capitalista, o que importa é a "espiral de expansão e crescimento sem fim" dos "fluxos de valor monetário em busca de lucro através dos diferentes 'momentos' (...) de produção, realização (consumo), distribuição e reinvestimento (HARVEY, 2020, p. 13).

Com isso, a sociedade dita moderna vivencia um período no qual predomina um "sistema unificado de técnicas, instalado sobre um planeta informado e permitindo ações igualmente globais". Mas, tudo isso vem acompanhado pela "tirania do dinheiro e tirania da informação", pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado através do qual os processos hegemônicos se legitimam e se impõem como uma espécie de 'pensamento único' (SANTOS, 2002b, 29; 35).

Para Santos (2002b), o resultado desse processo é uma violência estrutural que se expressa como uma "fábrica de perversidade" manifestada, por exemplo, no analfabetismo, na falta de acesso a água potável, na fome generalizada e permanente, no desemprego,no aumento da pobreza, no grande número de deslocados e refugiados e nas desigualdades de todo gênero (interpessoais, de classe, regionais, internacionais).

Com a crise do coronavírus temos a ampliação e o aprofundamento das desigualdades em âmbito global (BOMBARDI & NEPOMUCENO, 2020). Apesar da pandemia ser para todos, como diz David Harvey "há um mito conveniente de que as doenças infecciosas não reconhecem classe ou outras barreiras e limites sociais". Há uma certa verdade nisto, mas "o impacto econômico e demográfico da disseminação do vírus depende de fissuras e vulnerabilidades preexistentes no modelo econômico hegemônico" (HARVEY, 2020, p. 16; 19).

Na mesma linha, Nunes (2020, p. 3) afirma que um aspecto relevante da vulnerabilidade

> (...) é o fato de ela não ser uniforme. A COVID-19, como fato social global (...) pode fazer-nos acreditar que existe uma igualdade de condições. Uma das narrativas mais populares da saúde global é justamente a ideia de que estamos 'unidos pelo contágio'. Mas não nos enganemos (...) Não estamos 'todos juntos nisto' (...) [pois] a vulnerabilidade é uma relação política desigual.

Como já sinalizado, pensando nas vulnerabilidades preexistentes no chamado Território de Identidade Vale do Jiquiriçá[14], foi firmada uma parceria entre docentes, discentes e egressas do IF Baiano *Campus* Santa Inês – que fazem parte dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Geografia e estão organizados no GENE e no NEQA – e integrantes da Casa Ama.

Essa parceria resultou na aprovação do Projeto de Extensão "Comida e saúde em tempos de *coronavírus*" – Edital 52/2020/ IF Baiano/PROEX/ PROPES –, cujo objetivo é organizar uma rede de abastecimento alimentar para famílias em situação de vulnerabilidade em municípios do Vale do Jiquiriçá. Dentre os vinte municípios da região, destacamos Jiquiriçá como a referência local para a realização desse trabalho e como *lócus* para a execução do Projeto de Extensão.

Foram elencados, previamente, dois critérios para a seleção do município que seria contemplado com as ações do Projeto. O primeiro aspecto seria a situação de vulnerabilidade expressa em indicadores sociais, desde

[14] O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá é um recorte espacial formado por 20 municípios baianos, são eles: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (SEPLAN, 2015).

que este "eleito" (destaque nosso) não fosse Santa Inês – município onde fica a sede do IF Baiano e que, por isso mesmo, já é contemplado com o ensino e com diversas ações de pesquisa e de extensão por parte da comunidade acadêmica. O segundo critério seria o município com indicadores sociais negativos que tivesse o maior número de estudantes matriculados nos Cursos de Licenciatura do *Campus* Santa Inês[15], pois a execução do Projeto demandaria a colaboração em atividades de pesquisa-extensão aprimorando, assim, os conhecimentos que vêm sendo problematizados no processo de ensino-aprendizagem.

Diante disso, Jiquiriçá foi escolhido para formar uma rede de produtores/comerciantes de gêneros alimentícios com famílias em situação de vulnerabilidade social permitindo, assim, a comercialização e o consumo de alimentos em tempos de crise. Jiquiriçá está distante 40 km da sede do IF Baiano *Campus* Santa Inês e possui uma população de 14.118 pessoas, sendo que 5.581 vivem na cidade (39,6%) e 8.537 vivem no campo (60,4%) em uma área territorial com 238 km² (IBGE, 2010; 2017).

Outro dado interessante, embora ruim, é que Jiquiriçá tem uma das piores rendas *per capita* da região, com R$ 5.901,84 – estando à frente somente de Planaltino, com renda per capita de R$ 5.402.46; Santa Inês, com renda *per capita* de R$ 5.009,51; e Nova Itarana com renda *per capita* de R$ 4.876,29 (IBGE, 2014).

Ademais, 52,4% da população jiquiriçaense tem rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário mínimo – estando em melhor posição que São Miguel das Matas, com 52,78%; Brejões, com 53%; Laje, com 53%; Itaquara, com 55,2%; e Nova Itarana, com 57,5% da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário mínimo (IBGE, 2010).

Esses dados são corroborados quando se verifica que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) desse ente federativo é 0,553 inserindo-o na 361° posição, se comparado com o universo dos 417 municípios baianos. No que se refere ao pior IDH-M do Vale, Jiquiriçá só está em situação mais vantajosa que Nova Itarana, que possui o Índice de 0,524 e ocupa a 409° posição em relação a Bahia (IBGE, 2010).

[15] O IF Baiano *Campus* Santa Inês possui dois cursos de licenciatura: Ciências Biológicas e Geografia. No semestre em curso (2020.1), a Licenciatura em Ciências Biológicas possui 166 estudantes, sendo que 17 são oriundos de Jiquiriçá (10,2%). Já a Licenciatura em Geografia possui 196 estudantes, sendo que 24 são oriundos de Jiquiriçá (12,2%).

É pertinente, ainda,considerarmos o município de Jiquiriçá e região em relação ao acesso a três direitos sociais fundamentais: educação, saúde e alimentação. Todas as variáveis apresentadas anteriormente – renda *per capita,* rendimento nominal mensal *per capita* e IDH-M – dão corpo ao processo de ensino e de aprendizagem na região. Nesses termos, a estruturação da maior parte das escolas apresenta comprometimento em relação ao espaço físico para realização de atividades pedagógicas e a atuação dos professores é marcada pelo excesso de carga horária de aula e turmas.

Em termos regionais, a taxa de escolarização, entre 6-14 anos, é de 97,5%, enquanto Jiquiriçá ocupa uma posição semelhante à média regional, com 97,8% de pessoas escolarizadas até os quatorze anos de idade (IBGE, 2010). Entretanto, a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)[16] nos anos iniciais do Ensino Fundamental no Vale, é de 4.7, sendo que Jiquiriçá atinge 4.9, ou seja, se posiciona melhor que a média regional (IBGE, 2017). Contudo, o IDEB para os anos finais do Ensino Fundamental na região cai para 3.5 e em Jiquiriçá para 3.1[17] (IBGE, 2017).

O município de Jiquiriçá possui 26 escolas que ofertam a Educação Básica – o que equivale a 6,5% do número de estabelecimentos do Vale – com 2.462 matrículas – equivalente a 4,3% dos estudantes desse nível na região. Para atender a esse público, o município possui 144 professores – o que corresponde a 4,6% dos profissionais da educação do Vale (IBGE, 2018).

Esses dados colocam um desafio para o IF Baiano *Campus* Santa Inês – na condição de instituição que forma professores – no sentido de contribuir com o processo de ensino no Vale do Jiquiriçá e fazer valer sua missão/função social, que é "oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvol-

[16] O IDEB é um indicador criado pelo governo federal em 2007 para mensurar a qualidade do ensino nas escolas públicas através do resultado de dois conceitos: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Índice é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar – obtidos no Censo Escolar – e das médias de desempenho – no Sistema de Avaliação da Educação Básica. O IDEB varia de 0 a 10 e seu resultado permite traçar metas de qualidade educacional para os sistemas de ensino. Disponível em: `http://portal.inep.gov.br/ideb`. Acesso em: 19 jun. 2020.

[17] Segundo a LDB, o ensino no país é composto por dois níveis: básico e superior (ensino universitário). A educação básica tem três etapas: infantil (entre 0 e 5 anos de idade), fundamental (entre 6 e 14 anos de idade) e médio (entre 15 e 17 anos de idade) (BRASIL, 1996).

vimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão" (IF BAIANO, 2014, p. 21).

Seguindo na avaliação sobre o acesso aos direitos sociais no Vale, é importante registrar que a região possui 165 estabelecimentos que atendem pelo Sistema Único de Saúde[18] (SUS), uma média de 8,3 estabelecimentos por município, embora em Jiquiriçá só existam 5 unidades para cobrir uma população de pouco mais de 14 mil pessoas (IBGE, 2009). Não significa que essas unidades possuam leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e/ou de respiradores para vítimas da COVID-19. É inconteste que eles não existam na região, quiçá no município[19].

Diante da ausência de equipamentos, somente a securitização[20] poderia ser a "solução" (destaque nosso), um caminho nada fácil se considerarmos a vulnerabilidade como uma "relação política desigual, por meio

[18] O SUS é uma conquista da sociedade brasileira pós-redemocratização. Sua criação resulta da compreensão de que a saúde é um "direito de todos e dever do Estado", conforme Artigo 196° da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988). Esse sistema público de Saúde abrange desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial até o transplante de órgãos garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda população do país. Disponível em: `https://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/sistema-unico-de-saude`. Acesso em: 19 jun. 2020.

[19] Segundo nota veiculada pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib), em março de 2020, a relação de UTIs no país é de 14 leitos públicos para 49 privados. Na nota, a Associação afirmava, ainda, que segundo recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, a relação ideal de leitos de UTI é de 1 a 3 leitos para cada 10 mil habitantes. O Brasil apresenta a proporção de 2,2 leitos, o que seria satisfatório numa situação "normal" (destaque nosso) na qual o tempo de permanência de um paciente comum é em torno de 6,5 dias em uma UTI – no caso do paciente com COVID-19 o mesmo poderá permanecer de 14 até 21 dias. A Amib aponta, também, que a região Nordeste dispõe de 8.857 leitos no total, sendo 4.952 no SUS e 3.635 na Saúde Suplementar, resultado em 1,5 leito/10 mil habitantes. Disponível em: `http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/dados_uti_amib(1).pdf`. Acesso em: 20 jun. 20. Na Bahia, são 3.039 leitos de UTI, sendo 2.766 deles públicos. Disponível em: `https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/04/16/numero-de-leitos-de-uti-para-tratamento-do-coronavirus-triplicara-em-salvador.ghtml`. Acesso em: 20 jun. 20.

[20] A securitização corresponde a defesa de medidas extraordinárias incluindo" a suspensão ou exceção aos processos normais de deliberação democrática" a exemplo da "securitização da circulação de pessoas e do contato social" evitando o crescimento exponencial do número de casos graves e o colapso dos serviços de assistência (NUNES, 2020, p. 1).

da qual determinados grupos – definidos em termos da identificação de gênero, raça, orientação sexual, idade (...) – são sistematicamente expostos ao empobrecimento, ao adoecimentos e à morte" (NUNES, 2020, p. 3).

Um aspecto importante a ser considerado em relação a saúde é o tipo de material das residências da população jiquiriçaense. Pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 3.986 domicílios do município de Jiquiriçá, apontaram que 3.848 residências eram fabricadas com alvenaria e revestimento (96,5%), mas outras 138 eram feitas sem revestimentos e/ou de taipa/outro material (3,5%) – lembrando que moradias sem reboco/revestimento favorecem a proliferação de insetos transmissores de doenças.

A destinação do lixo é outro aspecto a ser considerado. Foram consultados 3.985 domicílios no município de Jiquiriçá. Em 1.749 o lixo era coletado (44%), em 1.572 o lixo era queimado na propriedade (39,4%), em 531 era jogado em lago/rio/terreno baldio (13,3%), em 95 o lixo era enterrado na propriedade (2,4%) e em 38 havia outro destino não identificado (0,9%) (IBGE, 2010).

Outro indicadorfundamental para avaliar a saúde na região é o acesso ao esgotamento sanitário adequado. Há uma variação muito grande nesse item em termos regionais. Enquanto o município de Santa Inês tem 66,5% do esgotamento sanitário adequado, Jiquiriçá tem 28,4% e no extremo está Lajedo do Tabocal, com apenas 0,6% (IBGE, 2010).

Para Bombardi& Nepomuceno (2020), o vírus Sars-Cov-2 está trazendo à baila as mazelas da sociedade moderna. Apesar disso, salientam os autores, os casos de infecção e a morte pela COVID-19 não nos atingem democraticamente. No texto publicado na *Le Monde Diplomatique* Brasil, os pesquisadores apontaram que a falta de acesso a água tratada/distribuída pela rede geral de abastecimento e a precariedade na coleta de esgoto provocam uma distribuição desigual da gravidade da pandemia no país. Ou seja, o padrão segregacionista da urbanização brasileira afeta e afetará profundamente a saúde humana. Além disso, alertam que alguns estudiosos tem apontado a possibilidade da disseminação da COVID-19 através da persistência do vírus nas fezes dos pacientes infectados. Como no Brasil mais de 50% da população não tem seu esgoto coletado, uma grande quantidade de pessoas convive com a exposição às fezes e à urina em seu ambiente podendo estar suscetível a propagação do vírus – considerando todos os municípios do Vale do Jiquiriçá,o esgotamento sanitário adequado só atinge 27% (IBGE, 2010).

Cabe mencionar a forma de acesso a água em Jiquiriçá. Dos 3.961 domicílios contactados, 1.687 eram abastecidos pela rede geral (43%), 1.460 por poço/nascente fora da propriedade (37%), 634 por poço/nascente dentro da propriedade (16%) e em 180 por carro pipa, água da chuva ou de açude/lago/rio (4%) (IBGE, 2010). É importante observar esses dados e ficar alerta diante dacarência de dois elementos básicos do saneamento ambiental no Vale: a coleta de esgoto e tratamento de água – pois,como alertaram Bombardi& Nepomuceno (2020), os efeitos podem ser catastróficos em face da possibilidade de contaminação 'fecal-oral' da COVID-19.

Quando se aborda a saúde como direito social, além do acesso adequado a água não se pode apartar de outra questão crucial: a alimentação. A falta de acesso a água e ao alimento de qualidade agrava a promoção e a proteção da saúde. Esse ponto implica em considerar que o modelo agrícola hegemônico (unicidade técnica) está pautado no uso de agrotóxicos. É importante lembrar que o Brasil é o país que mais usa agrotóxicos no mundo, sendo que cada brasileiro consome cerca de 5,2 litros de venenos por ano (LIMA, *et al.*, 2019).

Os resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017 indicam que no Vale do Jiquiriçá existem 29.867 estabelecimentos rurais. A consulta realizada em 28.784 desses estabelecimentos, identificou que em 7.381 deles os proprietários utilizam agrotóxico na produção agrícola (26%) e 21.403 não utilizam agrotóxicos (74%) (IBGE, 2017). Apesar da maioria dos proprietários do Vale afirmar que não usam agroquímicos em suas propriedades, os resquícios dos venenos estão presentes nos recursos hídricos.

A partir dos dados divulgados no site "Por trás do Alimento", identificou-se que as águas de 13 – Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Planaltino, São Miguel das Matas e Ubaíra – dos 20 municípios do Vale do Jiquiriçá estão contaminadas com, aproximadamente, 15 agrotóxicos. Sem contar nos outros 7 municípios – Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana e Santa Inês – sobre os quais não há registro[21].

Apesar da confirmação de utilização de agrotóxicos em 26% dos estabelecimentos rurais consultados e da contaminação das águas em 65% dos municípios, o Vale do Jiquiriçá só possui uma única empresa cuja ativi-

[21] Disponível em: `http://portrasdoalimento.info/agrotoxico-na-agua/`. Acesso em: 22 out. 2019.

dade é o "comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo"[22].

Outrossim, os municípios de Cravolândia, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara e Lajedo do Tabocal estão entre os municípios baianos com alta porcentagem de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos no estado, sem contar nas elevadas taxas de intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola em Itaquara e Itiruçu (BOMBARDI, 2017).

Essas considerações remetem para a situação de vulnerabilidade das famílias do Vale, com destaque para Jiquiriçá. Neste sentido, é preciso ficar alerta em relação a infecção pela COVID-19. Em 3 de junho, o balanço dos dados de infectados no Vale do Jiquiriçá apontavam para 88 casos confirmados – Jaguaquara (34), Mutuípe (15), Amargosa (11), Lajedo do Tabocal (7), Laje (6), Milagres (4), Lafaiete Coutinho (3), Maracás (3), Cravolândia (2), Santa Inês (2) e Jiquiriçá (1) – e 1 óbito em Amargosa (SESAB *apud* GEOTER, 2020).

Passados quinze dias a situação se inverte completamente no mundo/Brasil/Bahia/Vale. Os países das Américas, que em 3 de junho concentravam o maior número de infectados (2.949.455), em 19 de junho passou a concentrar o maior número absoluto de pessoas infectadas (4.092.526) e de óbitos (212.517). No Brasil, o aumento de infectados foi de 77% (passando de 584.016 para 1.032.913 casos), já o número de óbitos aumentou 50,4% (passando de 32.548 para 48.954). Ou seja, pouco mais de três meses desde que a OMS passou a considerar a pandemia do novo coronavírus, em 11 de março, o Brasil contabiliza 48.954 mortes pela COVID-19. É como se a população de sete – Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal e Nova Itarana, cuja população total estimada em 2019 é de 49.562 pessoas – dos vinte municípios do Vale do Jiquiriçá desaparecessem.

Em 19 de junho, o balanço dos dados de infectados no Vale do Jiquiriçá apontavam para 270 casos confirmados (Figura 2)– Jaguaquara (111), Milagres (38), Amargosa (23), Maracás (20), Mutuípe (20), Laje (15), Brejões (10), Lafaiete Coutinho (6), Lajedo do Tabocal (6), Santa Inês (6), Cravolândia (4), São Miguel das Matas (2), Elísio Medrado (1), Itiruçu (4), Jiquiriçá (1), Nova Itarana (1) e Ubaíra (2) – e 6 óbitos– Milagres (2), Amargosa (1),

[22] Disponível em: `https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=subclasse&tipo=cnae&versao=10&subclasse=4683400`. Acesso em: 21 out. 2019.

Lafaiete Coutinho (1), Maracás (1) e Santa Inês (1) (SESAB *apud* GEOTER, 2020).

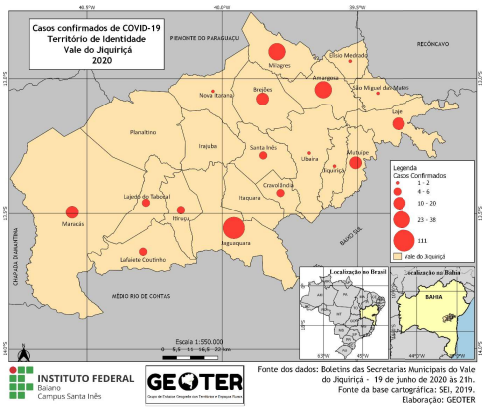

Figura 2 – Casos confirmados de COVID-19 no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá em 19/06/2020

Apesar da perversidade sistêmica que caracteriza o nosso tempo, inclusive colaborando para o estabelecimento "do império do consumo e da instalação de consumidores mais que perfeitos" reacendendo egoísmos (SANTOS, 2002b, p. 60), existem experiências que demonstram solidariedade. Em abril de 2020, a Casa Ama realizou uma campanha que permitiu a aquisição e a distribuição de 50 cestas básicas para moradores do Vale. Inspirados nesta iniciativa formou-se a parceira GENE e NEQA/IF Baiano + Casa Ama. O resultado foi a aprovação do Projeto de Extensão "Comida e saúde em tempos de *coronavírus*" que pretende fazer a aquisição de mais 50 cestas com alimentos saudáveis (sem agrotóxicos) para distribuição junto a famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Jiquiriçá.

Considerações finais

O Projeto de Extensão "Comida e saúde em tempos de *coronavírus*" está em execução. Na fase atual estamos em processo de cadastramento das famílias, o que vem sendo feito por integrantes do GENEe NEQA/IF Baiano *Campus* Santa Inês + Casa Ama. São dois tipos de cadastros: a) das famílias

que produzem gêneros alimentícios sem uso de veneno (agrotóxicos) para a aquisição dos produtos que comporão as cestas; b) das famílias que receberão as cestas com alimentos saudáveis e máscaras (barreira mecânica).

Além dos alimentos e das máscaras, as famílias receberão álcool 70% e sabão líquido. Os dois últimos itens estão sendo produzidos por docentes e discentes do IF Baiano *Campus* Santa Inês que integram, respectivamente, o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Microbiologia Geral e Avançada (NEMA) e o Centro de Educação Ambiental (CEA). Estes grupos também aprovaram projetos no Edital 52/2020/IF Baiano/PROEX/PROPES, a saber: "Projeto de intervenção: promoção de ações práticas de saúde e educação nas comunidades vulneráveis do município de Santa Inês-BA no combate ao COVID-19" (NEMA) e "Prevenção a COVID-19 através da produção de sabão líquido a partir de óleo de descarte para distribuição a famílias carentes do município de Santa Inês" (CEA).

A previsão da entrega das cestas é na véspera de São João (24 de junho), período muito importante no calendário festivo da região Nordeste do Brasil pelo caráter religioso e cultural de resgate as raízes nordestinas – a data é celebrada com feriado, mas, objetivando reduzir a taxa de disseminação do novo coronavírus, o governador do estado propôs uma lei que foi aprovada pelo poder legislativo (Decreto n°. 19.722 de 22 de maio de 2020) antecipando o feriado para o dia 26 de maio.

A solidariedade dos moradores do Vale construída historicamente na práxis cotidiana – ao apoiar a iniciativa da Casa Ama – inspirou uma proposta institucional que também possibilitou uma forma espontânea de apoio e de estreitamento das relações entre CEA+GENE+NEMA+NEQA/IF Baiano, pois esse coletivo é "resistente, vivo" e sente na "virilidade da (...) consciência pulsar a atividade da cidade futura que (...) [está] ajudando a construir. Nela a cadeia social não pesa sobre poucos, cada acontecimento não é devido ao acaso, à fatalidade, mas é obra inteligente dos cidadãos" (GRAMSCI, 2020, p. 33). Logo, parodiando Antonio Gramsci: vivemos, tomamos partido e odiamos quem não faz, odiamos os indiferentes.

Com isso, espera-se como resultado aquilo que Milton Santos defendeu: o mundo como pode ser, uma outra globalização (SANTOS, 2002b). Uma globalização mais humana, calcada na sobrevivência das relações locais nos quais a unicidade técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta possam servir as mulheres e aos homens.

Referências

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Éve. *O novo espírito do capitalismo.* São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOMBARDI, Larissa Mies. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia.* São Paulo: FFLCH, 2017.

BOMBARDI, Larissa Mies & NEPOMUCENO, Pablo Luiz Maia. Pandemia, pandemônio...pandora: COVID-19, desigualdade social e tragédia no Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 2020. Disponível em: `https://diplomatique.org.br/covid-19-desigualdade-social-e-tragedia-no-brasil/`.
Acesso em: 1 mai. 2020.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei nº 9.394, de 24 de dez.1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília-DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1.

GEOTER. Mapeamento COVID-19. *Banco de Dados.* Santa Inês, 2020. Disponível em: `https://www.instagram.com/geoterifbaiano/`. Acesso em: 20 jun. 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Odeio os indiferentes: escritos de 1917.* São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY. David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike *et. al. Coronavírus e a luta de classes.* [S.l.]: Terra Sem Amos, 2020, p. 13-23.

_____. *O novo imperialismo.* 6. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: `http://www.ibge.gov.br/`. Acesso em: 3 jun. 2020.

IF BAIANO. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019: identidade e gestão para a construção da excelência.* Salvador: SETEC/MEC, 2014.

LAGROU, Els Nisun. A vingança do povo morcego e o que ele pode nos ensinar sobre o novo coronavírus. *Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS)*, Rio de Janeiro: UFRJ, 13/04/2020. Disponível em: `https://blogbvps.wordpress.com/2020/04/13/nisun-a-vinganca-do-povo-morcego-e-o-que-ele-pode-nos-ensinar-sobre-o-novo-corona-virus-por-els-lagrou/`. Acesso em: 14 jun. 2020.

LIMA, Aline dos Santos; JESUS, Aila Cristina Costa de & PEDREIRA, Ivone Araújo. Modernidade e barbárie: reflexões sobre o uso de tóxicos no agro brasileiro. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária/Simpósio Nacional de Geografia Agrária. *Anais IX SINGA*. Recife: UFPE, 2019, p. 1-20.

NUNES, João. A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 36(4): 1-4, 2020.

REDE BRASIL ATUAL. *Coronavírus pode ter surgido do modelo predatório do agronegócio, diz estudo.* Disponível em: `https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2020/04/coronavirus-agronegocio-modelo-predatorio/`. Acesso em: 1 mai. 2020.

RIBEIRO, Silvia. Os latifundiários da pandemia. *ETC*, México: 2020. Disponível em: `https://www.alainet.org/`. Acesso em: 13 abr. 2020.

SANTOS, Milton.*Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* 9.ed. São Paulo: Record, 2002b.

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.* São Paulo: EdUSP, 2002a.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.* 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção.* 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SATO, Michèle; SANTOS, Déborah & SÁNCHEZ, Celso. *Vírus: um simulacro da vida?* Rio de Janeiro: GEA-SUR/UNIRIO; Cuiabá: GPEA/UFMT, 2020.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento da Bahia. Disponível em: `http://www.seplan.ba.gov.br/`. Acesso em: 29 ago. 2015.